PETIÇÃO Nº 41 /XIII/ 1ª

Petição On-line

Petição:	Individual
Nome do 1º Peticionário ou de Pessoa Coletiva:	Estêvão Domingos de Sá Sequeira
Morada:	
Local:	
Código Postal:	
Endereço Eletrónico:	
Documento de identificação:	BI Nº válido até:
Objeto sucinto da sua Petição:	Uniformização de Benesses Fiscais / Integração da Cooperação para o Desenvolvimento
Texto da sua Petição:	Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia da República, Drª Ferro Rodrigues A Constituição da República Portuguesa estabelece um princípio fundamental da Democracia e do Estado de Direito que está implícito na "Livre Concorrência", ao procurar assegurar "Direitos Humanos" a todos os Cidadãos: Habitantes, Residentes e Estrangeiros. Ora se os Cidadãos Nacionais, dificilmente encontram condições que lhes assegurem o "Livre Concorrência" muito dificilmente os Emigrantes, conseguem sobreviver, com direito à dignidade e saúde com as condições económicas que lhes são asseguradas. Assim ao abrigo do Artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, venho apelar que a Lei Livre Concorrência assegure que Leis que privilegiem Nacionais de determinados paises em desenvolvimento, nomeadamente através de benesses fiscais seja seja revista para promover a Igualdade e reduzir a Desigualdade entre membros da mesma "Família Global" Estas alterações têm repercussão na colecta fiscal, no ponto de Vista macro económico mas essencialmente na Protecção do Direito à Família e à Saúde que a "Boa Hospitalidade Portuguesa " deverá assegurar com dignidades a todos os que residam no território Nacional. Finalmente ao serem revistos os "Objectivos do Milénios" e ao ser estabelecidos os "Objectivos do Desenvolvimento Sustentado" é necessário que as Leis que regem o trabalho de Emigrantes dos Países em Desenvolvimento, em Território Nacional Tenham consistência com as Politicas de Cooperação para o Desenvolvimento, não promovendo a discriminação entre nacionalidades, especialmente prejudicando as mais carenciadas. Ao assegurar, mais tranquilidade aos Emigrantes, promove-se o Direito à Saúde e a efectivação do Estado de Direito e Promove-se a Paz a Nível Mundial. Após as "Eleições Legislativas" e à beira da "Eleições Presidenciais", é necessário conceber um "Novo Enquadramento" para o Novo Ano 2016 que impulsione uma "Nova Economia" e que "Reinvente a Democracia". Em síntese apelo para uma integração da politica para a Cooperação para o Desenvolvimento, com base nos Princípios do Desenvolvimento Sustentado que envolva os Cidadãos Estrangeiros a Trabalhar em Portugal e as suas Comunidades autóctones. A Bem da Excelência da Democracia, do Direito à Saúde e da Efectivação do Estado de Direito e da Paz Mundial. Estêvão Sequeira